

MERCANTILISMO E O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO

André dos Santos Moreira¹

“O lucro de um país é o prejuízo de outro”
Montaigne.

RESUMO

Neste artigo, objetivamos discutir a forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial. Tais proventos estão relacionados com as concepções da política econômica vigente na época, abrangidas pela expressão “mercantilismo”. Falamos em “concepções” no plural porque seria equivocado imaginar que houve uma política econômica dos Estados europeus, sempre idêntica, entre os séculos XV e XVIII. Ela variou muito, de país a país, de período a período, mas alguns traços essenciais podem ser definidos.

PALAVRAS-CHAVES: mercantilismo, Riqueza, Política

ABSTRACT

In this article, we aim to discuss the form for which, along some centuries, the Portuguese Crown negotiated of securing the biggest profits of the colonial undertaking. Such proceeds are connected with the conceptions of the economical politics in force in the time, included by the expression “commercialism”. We speak in “conceptions” in the plural because it would be mistaken to imagine that there was an economical politics of the European States, always identical, between the centuries XV and XVIII. It varied very much, from country to country, from period to period, but some essential aspects can be defined.

Key-words: Commercialism, Wealth, Politics.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação nos cursos de Gestão Empresarial e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Infantil e de Graduação dos Departamentos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Direito do Instituto de Ensino Superior de Nova Venécia – UNIVEN. Graduado em Desenho Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Matemática pela Universidade Castelo Branco. Especialista em: Tecnologia Industrial Básica pela Universidade Cândido Mendes; Metrologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Arte-Educação pela Universidade Castelo Branco. Mestrado em Metrologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1 MERCANTILISMO E O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO

Neste artigo, objetivamos discutir a forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial. Tais proventos estão relacionados com as concepções da política econômica vigente na época, abrangidas pela expressão “mercantilismo”. Falamos em “concepções” no plural porque seria equivocado imaginar que houve uma política econômica dos Estados europeus, sempre idêntica, entre os séculos XV e XVIII. Ela variou muito, de país a país, de período a período, mas alguns traços essenciais podem ser definidos.

O mercantilismo foi a política econômica do absolutismo na fase de transição para o capitalismo. Suas origens se encontram no processo de formação do Estado Moderno e de desenvolvimento da Revolução Comercial. Essa política econômica se baseava no intervencionismo governamental, no dirigismo econômico e no protecionismo alfandegário.

“(…) a política mercantilista pressupunha uma ampla intervenção do Estado, seja assumido diretamente certas atividades econômicas, seja criando condições favoráveis a determinados grupos para alcançar os objetivos visados” (FAUSTO, 2003, p. 55).

Podemos apontar as seguintes características do mercantilismo: balança comercial favorável (exportação superior às importações), a autossuficiência econômica, na manufatura, e a produção de excedentes para exportações, no comércio funcionava o monopólio estatal através do pacto colonial ou exclusivo Metropolitano e o poderio naval tinha por objetivo a conquista da supremacia dos mares.

“O Mercantilismo exprime, em todos os países, uma dupla vontade de poder, busca de grandeza e riqueza” (DEYON, p. 51).

Inseridos nessa discussão, apontamos alguns tipos de mercantilismo: metalismo - acúmulo de metais preciosos, Colbertismo - desenvolvimento da produção interna principalmente de artigos de luxo, comercialismo - promover o enriquecimento nacional pelo volume de transações comerciais lucrativas e pelo desenvolvimento manufatureiro.

O mercantilismo possibilitou a acumulação primitiva de capital. Esse processo permitiu à Inglaterra ser a pioneira na Revolução Industrial além de termos a transição do mercantilismo para o liberalismo econômico.

A colonização brasileira deve ser entendida como desdobramento da Expansão Marítima e Comercial Européia. A necessidade lusitana de garantir a soberania sobre as terras, ameaçadas pelas constantes invasões estrangeiras, o gradativo declínio do comércio oriental e a descoberta de ouro na América Espanhola fizeram com que os portugueses se dedicassem à efetiva colonização do Brasil.

A organização da colônia estruturava-se dentro das necessidades comerciais da Europa e funcionava de acordo com elas. Dentro deste contexto a agro-manufatura açucareira, grande marca da colonização, formou ao redor de si uma estrutura e uma sociedade.

Necessidade do exclusivo metropolitano como garantia da acumulação de capitais para a Metrópole, a economia colonial agrícola baseada na monocultura, no latifúndio e na escravidão, tinha seu funcionamento voltado para o mercado externo, transferindo capital da colônia para a Metrópole. A economia colonial era complementar à economia metropolitana, portanto, não lhe podia fazer concorrência. Desta forma, a Metrópole fez das terras do novo mundo, mercado de seus produtos manufaturados.

O contrabando, que pode ser definido como comércio ilegal, integrava-se perfeitamente à realidade do sistema colonial. Apesar dos riscos, o contrabando era realizado em larga escala, demonstração cabal de que os possíveis lucros deviam ser maiores que os prováveis riscos.

A base de exportação consistia nos produtos agrícolas. Os maiores portos eram Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, justamente as maiores cidades da colônia quanto ao movimento de exportação e importação, pois eram os pontos de maior nível econômico e de maior índice de consumo. A importação tinha no tráfico de escravos seu ramo mais importante. Em seguida, vinham os artigos de luxo, o vinho, o azeite, o sal, os manufaturados e os metais.

O senhor de engenho era a autoridade máxima dentro do esquema de produção açucareira. Ao redor dele se organizavam todas as outras pessoas que moravam na propriedade.

A camada senhorial dominante era formada pelos grandes proprietários de terra e de escravos. O senhor de engenho tinha poder quase que absoluto dentro de suas terras, com direito de vida e morte sobre os escravos, mulheres e filhos.

A sociedade colonial apresentava como características a imobilidade social e o patriarcalismo.

Já os escravos, segundo o jesuíta Antonil, eram “as mãos e os pés do senhor de engenho”. No Brasil Colônia, o trabalho escravo era importantíssimo para a economia. Os negros eram capturados e obrigados a trabalhar nos latifúndios. Com a valorização do tráfico negreiro como atividade comercial altamente lucrativa as formas de exploração sobre o Continente Africano foram se sofisticando. Muitos chefes dos grupos tribais foram corrompidos pelos mercadores europeus.

Arrancados de sua terra de origem, eles eram aprisionados e transportados, pereciam durante a viagem nos tumbeiros – os navios negreiros. Uma vida amarga e penosa esperava esses homens na colônia: trabalho de sol a sol nas grandes fazendas de açúcar. Moravam em senzalas e em troca de seu trabalho recebiam três pês: pau, pano e pão. Reagiam a tantos tormentos se suicidando, evitando a reprodução, assassinando feitores e proprietários, fugindo e formando quilombos. Rezar, batucar, dançar e cantar eram maneiras de aliviar a asfixia da escravidão.

Os quilombos eram ameaças para ordem colonial escravista: “O quilombo era um constante chamamento, um estímulo, uma bandeira para os escravos das vizinhanças, um apelo à rebelião, à fuga para o mato, à luta pela liberdade”. O negro entra na sociedade brasileira como cultura dominada, esmagada.

Destaca-se a influência dos jesuítas no plano moral e dos costumes, como a interferência na vida cotidiana para preservar as bases cristãs das famílias.

Como conclusão, podemos enfatizar que a economia colonial brasileira está inserida no contexto mercantilista que permeou o continente europeu na época Moderna.

2 REFERÊNCIAS

1. DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. s/d. p. 51.
2. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
3. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
4. LINHARES, M. Y. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
5. MONTEIRO, John. “O escravo índio, esse desconhecido”. IN: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índio no Brasil**. Brasília: MEC, 1994.
6. NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial”. IN: **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Vértice, 1974.
7. WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.